
091ª SESSÃO ORDINÁRIA - 24SET2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, membros desta Casa, queria pedir escusas ao representante que vai usar esta tribuna daqui a pouco, mas eu não poderia deixar de usar esse período de Liderança, porque hoje é um dia muito importante para o meu Partido e para os trabalhadores que representamos. Tenho uma série de agendas para o dia de hoje, porque hoje o Solidariedade comemora dois anos de existência. No dia de hoje foi dado o registro ao Partido, que permitiu que surgíssemos como partido político que, nesse período, tem atuado nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional em defesa dos interesses dos trabalhadores, na defesa da Pátria e em defesa, principalmente, de que os trabalhadores paguem menos juros, paguem menos impostos, tenham o direito ao emprego, a uma educação de qualidade e de tempo integral para seus filhos terem; e que as pessoas tenham, de fato, um emprego e um trabalho decente. O Solidariedade vem lutando no Congresso Nacional para que os trabalhadores, principalmente, os aposentados tenham salário digno. Ontem nós vimos, com tristeza, a comemoração à manutenção do veto, da Presidente Dilma Rousseff, ao fim do fator previdenciário. Isso é uma atrocidade que o Governo Federal faz com os trabalhadores, um Governo que vem procurando saídas para resolver o problema do déficit por ele criado, quando busca uma política de aumentar os juros, uma política de aprimorar o capital financeiro, se tirasse 10% dos juros, com certeza pagaria essas dívidas. Os juros existem para conter a inflação, e quanto mais o Governo aumenta os juros, mais aumenta a inflação, mais tira dinheiro do bolso dos trabalhadores. Ontem, ainda, em vários programas de TV, apareceram empresários, empresas, indústrias completamente fechadas. Isso dói no coração dos trabalhadores, dói no coração de dirigentes sindicais, como eu, porque ali a gente vê famílias sendo ceifadas. E o Solidariedade nasceu, o Solidariedade existe e vai perdurar para acabar com essa atrocidade que é destruir empregos, que é destruir

sonhos. Temos convicção de que o Brasil vai crescer, fortalecendo a indústria nacional, fortalecendo e gerando empregos, não incentivando a especulação, não incentivando o capital, mas incentivando a geração e distribuição de emprego e renda; não permitindo a geração de impostos, como a CPMF, agora propagada pelo Governo. Se isso ficasse nos Municípios, se existisse um novo pacto em que os Municípios detivessem a maior renda, esses Municípios que, cada vez mais, são responsáveis pela educação, pela saúde, pela infraestrutura, pela dignidade ao cidadão, cada vez recebem essa fatia menor do bolo. A União detém 62% do que é arrecadado, o Estado fica com 24% e os Municípios recebem aproximadamente 16%. Então, o Solidariedade vai continuar lutando.

Sábado, agora, vamos fazer um grande encontro, uma grande festa do partido aqui nesta Casa, onde estarão presentes o Presidente Nacional e delegações do todo o Estado, comemorando os dois anos do nosso partido. Estamos nascendo, somos uma criança engatinhando, mas, com certeza, com vontade de caminhar, com vontade de andar, com vontade de correr. Com muita força, fé e solidariedade, vamos construir uma Cidade, um Estado e um Brasil justo para todos! Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Líderes e pessoas que aqui se encontram, que vão usar esta tribuna para expor as suas indignações e seus anseios. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos às

COMUNICAÇÕES

A Sra. Fernanda Melchionna: Sr. Presidente, já conversei com o Ver. Maroni, mas gostaria de fazer um apelo às Lideranças, eu sei que o Ver. Maroni tem uma agenda na SEDA, aos outros Vereadores e Vereadoras para que pudéssemos entrar no período de Comunicações que trata da Coleta Seletiva Solidária, com início marcado para as 14h30min, e que são convidados da Câmara de Vereadores. Hoje vamos ouvir o Alex Cardoso, que já está aguardando para usar a tribuna e apresentar esse projeto aos Vereadores. Eu quero, então, pedir a sensibilidade dos outros líderes para que ouçamos imediatamente o povo, e depois usemos as lideranças partidárias.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro, Ver.^a Fernanda. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro; boa tarde demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste, colegas e funcionários da Câmara, quero fazer uma saudação especial à colega Fernanda Melchionna, que me pediu a sensibilidade, e como minha amiga de quase 20 anos, entendeu que tenho que sair porque vou fazer um atendimento de um animal que está atropelado e que está agonizando há alguns dias. Consegui hoje o atendimento, às 15h, não tenho como colocar para as 15h30min ou para as 16h, porque senão deixaria passar e não falaria aqui em Liderança nesta semana. Peço desculpas a ti, André, tenho certeza de que será um debate bastante importante sobre a coleta seletiva, e até lamento não poder estar presente aqui.

Quero falar, diante dessa perspectiva, Tarciso, e agradecer pela sensibilidade dos demais colegas, pois procuro sempre comentar a coisa como acontece comigo, porque acho fundamental que a população perceba aquilo que muitas vezes fica invisível. Assim como vocês vão trazer diversas demandas que seguramente não aparecem para a população, no domingo à noite, recebi pelo menos uns 200 ou 250 pedidos de seis animais que estavam debaixo d'água, dormindo em poças de água, amarrados a coleiras, tomando chuva na cabeça já há dias, porque estava chovendo há dois ou três dias, e isso configurava maus-tratos. Eu liguei, então, para uma das protetoras que pediu que eu fosse até lá, e reafirmei que eu iria com ela na segunda-feira. Segunda-feira de manhã, confirmei com ela, fomos até lá e se configurou um quadro bastante difícil, Ver. Villela, de encarar. Assim como, muitas vezes, eu encaro situações de animais estuprados, animais que são enterrados vivos, animais que caem em bueiros, animais que são maltratados, que apanham, aquele caso era um caso muito difícil, de pessoas mantendo os animais sob a chuva, dormindo no barro, inclusive com filhotes. Conseguimos fazer a retirada daqueles animais, segunda-feira, para que fossem colocados numa condição melhor. Inclusive eles ficaram sob a responsabilidade de duas ou três protetoras que levaram os seis animais a uma clínica para serem tratados e colocados para doação.

Quero dizer que esta causa que eu encaro todos os dias e que acho que tem que ser na prática, Rejane Soares – minha amiga querida, mãe do Leco –, é uma causa que justifica

eu me manter aqui na Câmara de Vereadores. Eu não seria Vereador se não fosse pelos animais, porque assim como grande parte da população, eu também percebo a política como algo lamentável. A política de hoje em dia é algo deplorável, onde pouco se faz e poucos políticos têm causas. Até peço às pessoas que observem o quanto é difícil achar um político com uma causa, ou identificar um político que represente alguma coisa. Porque fazer discurso de tribuna é a coisa mais fácil, mas colocar a mão na massa e tentar transformar de fato a realidade, seja de um animal ou de uma pessoa, é mais difícil. Por isso a política perde a credibilidade. Infelizmente, dentre essa perspectiva da política – e aí é do ser humano, e volta atrás do ser humano, nós trazemos a questão do que o ser humano sente ao perceber, muitas vezes, o trabalho do outro: o ciúme, a inveja, aquelas coisas mais primitivas que o ser humano sente. Ver. Tarciso, tu eras jogador de futebol; só tu eras bom jogador de futebol? Seguramente não. Há uma pessoa na coleta seletiva; só aquela pessoa é boa? Não. Só aquele carro é bonito? Não. Lamentavelmente, quero dizer para vocês que eu sou vítima de uma pessoa que acha que eu não posso trabalhar na causa animal e que tem ciúmes e inveja, infelizmente por não perceber que o jardim do colega pode ser bonito isso, a vaidade e o ego fazem a gente trazer esses instintos que são negativos. Eu quero dizer para vocês que eu acredito que o jardim do colega pode ser bonito, Cleiton, e eu vou ficar feliz se tu trabalhares, eu vou ficar feliz que se o Pablo trabalhar, eu vou ficar feliz quanto mais colegas trabalharem. Eu só consigo salvar, talvez, 1, 2, 6, 10 cachorros ou animais por dia. Se a gente tiver mais e mais Vereadores para trabalhar nessa causa, a gente vai conseguir trabalhar com 50, com 100... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, Ver. Janta, com 150, com 200, com milhares a mais. Se a gente tiver mais Parlamentares para trabalhar nas causas, seja na causa animal, seja com pessoas, é melhor. O meu convite aqui é o convite às pessoas a trazer o seu lado bom para fora, a vir com generosidade, com amor, com respeito ao trabalho dos colegas e, principalmente, motivando as pessoas a se envolver em causas nobres tanto na política quanto fora dela. E isso faz com que a nossa espécie seja melhor, isso faz com que a espécie humana mostre superioridade e nobreza e não trabalhe a partir da mediocridade, dos sentimentos mais mesquinhos que há. Eu quero agradecer e desejar um bom final de semana e uma elevação de espírito principalmente para aquelas

que, talvez, não consigam estabelecer as energias... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Hoje, este período é destinado a tratar do tema específico: Coleta Seletiva Solidária. O Sr. Alex Cardoso, representante da Equipe de Articulação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALEX CARDOSO: Boa tarde, sou catador de materiais recicláveis, já trabalho há muitos anos aqui na nossa Cidade. Estive aqui nesta Casa durante três anos de grandes debates, que foi quando a gente estava discutindo sobre a questão de carrinhos e de carroças em Porto Alegre. Infelizmente, naquele momento, o que a gente colocou naqueles debates não foi aplicado, porque o projeto teve um começo e, quando ele foi apresentado, não mudou uma vírgula até o seu final. Então, até hoje, a gente ainda está seguindo para ver o que a gente consegue se mobilizar para poder estar contribuindo com os catadores e catadoras. Eu queria, primeiro, agradecer aos Vereadores e Vereadoras, principalmente por estarem presentes para poderem compartilhar este momento em que a gente, enquanto morador desta Cidade, define que é importante, principalmente nas causas atuais que estamos vivendo, e sobre os principais debates que a gente vem tomando mundo a fora, que é baseado nas questões ambientais e questões sociais, e que estas, hoje, ganham prioridade sobre os temas econômicos. Então, o que a gente vem apresentar é um fator que gera questões econômicas e, principalmente, questões sociais de inclusão dessas pessoas que, agora, tendo em vista esse projeto de proibição de circulação de carrinho e carroça, poderão, então, estar incluídos num sistema de trabalho, na prática aquilo que a lei, por si, deveria estar encaminhando. Vou apresentar o PowerPoint para vocês e peço a atenção, para que a gente possa dar sequência.

Quero agradecer aos companheiros e às companheiras catadoras e catadores que estão aqui, alguns vindos de outras cidades, como São Leopoldo, Esteio, e também às catadoras e catadores dos grupos de Porto Alegre; agradecer também a presença das militantes sociais que estão presentes, que são apoiadoras das causas das catadoras e catadores da nossa Cidade, do nosso Estado.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ALEX CARDOSO: Então, o que tenho a apresentar é uma campanha que a gente tem feito, que é “Porto Alegre quer coleta seletiva solidária, apoie essa ideia”. Então, vou passar para uma rápida jornada histórica daquilo que a gente tem na nossa Capital e que é motivo de muito orgulho para nós, porto-alegrenses. Desde os anos 1990, Porto Alegre foi a primeira Capital a implantar o sistema de coleta seletiva; foi a primeira Capital a encerrar os seus lixões, tendo em vista que, no País, ainda há mais de dois mil lixões que ainda estão abertos, mesmo com a política nacional que diz que os lixões deveriam ser encerrados em 2010, Porto Alegre foi uma das pioneiras e encerrou lá em 1990; foi a primeira Capital a investir em equipamentos e galpão específico para a triagem. Ou seja, organizou o sistema tanto de coleta, como finalização do antigo lixão da Zona Norte, que ficava atrás do Big da Av. Sertório, e que incluiu aqueles trabalhadores que trabalhavam no lixão, construindo ferramentas de trabalho, e também fomentou a parte de autogestão dos trabalhadores e criou equipes especializadas para enfrentar esse desafio lá nos anos 1990, que era, então, de implantar um sistema de coleta seletiva, que é muito mais cara que a coleta convencional e que entregaria equipamentos, até então, milionários. Porque equipamentos para 50 catadores têm o custo aproximado de R\$ 800 mil. E Porto Alegre, neste momento, fez esse enfrentamento e, a partir disso, a sociedade começou a mudar a sua maneira, e Porto Alegre se tornou uma das Capitais mais verdes do nosso planeta. Então, a partir de Porto Alegre, houve muitos avanços que aqui foram aprendidos para a implantação em outras Cidades no nosso País. Nós tivemos questões importantes, a partir do protagonismo que foi aqui apoiado, Porto Alegre, os catadores daqui puderam apoiar a organização dos catadores no Brasil e mundo afora. Então, teve a criação do Movimento Nacional dos Catadores(as) lá em 2001; teve o reconhecimento da profissão, enquanto catador de material reciclado, no ano 2003; tem também a implantação, em várias cidades, de coleta seletiva, que vieram até Porto Alegre para aprender como que funcionava o sistema, de que forma podiam resolver os problemas; houve questões importantes aí sobre apoio e fortalecimento das catadoras e catadores. E, a partir dos anos 2000, nós tivemos o debate e criação de inúmeras leis, que hoje estão vigentes, sobre a questão de gestão de resíduos sólidos.

Tem também uma questão que é importantíssima demais, que é o que a gente conseguiu superar no nosso País, que é sobre a importância do trabalho das catadoras e dos catadores. Nós conseguimos vencer um debate, que foi extremamente rico e que moveu muita gente da sociedade, que foi para discutir sobre a importância do trabalho das catadoras e dos catadores. E o Brasil apoiou isso e transformou em lei, dizendo que o trabalho das catadoras e dos catadores, desde 2010, passaria a ser importante, a ser valorizado, a ser reconhecido e, principalmente, que os catadores passariam a serem pagos pelo importante trabalho que fazem. Então, em 2010, culminou com a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a criação de vários programas estaduais, chamados de Pró-Catador ou programa Cataforte. O Cataforte 1 iniciou com a formação dos catadores; o Cataforte 2 foi criado para trazer infraestrutura, onde os catadores puderam ter acesso a caminhões e equipamentos para poderem realizar o seu trabalho de maneira autogestionária, e o Cataforte 3 agora trabalha no sistema de verticalização da cadeia. Porque a gente enxerga um mercado selvagem aí fora, que a gente pensa que fazer coleta seletiva acabou com o problema, mas não enxerga que tem um mercado negro que opera sobre a compra dos materiais recicláveis e que esse mercado é o que financia, muitas vezes, determinados tipos de violações na nossa sociedade, que vão desde a prostituição, de exploração de trabalho infantil e outros tipos que acontecem aí fora. Mas ninguém abre os olhos para ver qual a forma que poderá se organizar esse mercado com vistas a incluir as pessoas que nesse mercado trabalham e a ele dão seu suor, a sua vida diariamente. Então, nós tivemos aí também a implantação a partir das leis de várias cidades que implantaram sistemas de coleta seletiva aumentando para a solidária, que é quando tem a participação das cooperativas de catadores fazendo o serviço de coleta seletiva, sendo contratadas e pagas. Aqui, no Rio Grande do Sul, são 28 cidades que já estão contratadas, entre elas, Canoas, Viamão, Gravataí, Esteio, Sapucaia, São Leopoldo, todas as cidades da Região Metropolitana, exceto Cachoeirinha e Alvorada, que estão em processo de contratação. Falta, ainda, os catadores e as catadoras avançarem na compra de equipamentos, caminhões para fazerem o serviço de coleta. Nós temos um caso especial, que é o caso de Uruguaiana, em que os catadores estavam no lixão há mais de 30 anos, e, depois de uma parceria entre o Movimento Nacional dos Catadores, junto com a Prefeitura Municipal, com o Governo Federal e com uma força movida aqui no nosso Estado, conseguimos acabar com aquela situação dos

catadores em cima do lixão. Esses catadores saíram e tiveram lá uma Unidade de Triagem, um equipamento adequado para fazer o trabalho, e, de cara, já assumiram a coleta seletiva solidária nesta Cidade, através de contrato com a Prefeitura, desenvolvendo esse trabalho até hoje e sendo pagos pelo serviço que fazem. Essa é uma questão importante, porque os catadores saem de uma situação de extrema pobreza e miserabilidade e passam a executar um serviço importante para a Cidade. Muda-se a forma como a Cidade enxerga as pessoas, que eu acredito que seja a principal pauta dos Vereadores e das Vereadoras desta Casa, que é mudar a forma como nós mesmos nos vemos, porque, se nos as virmos, enquanto pessoas, trabalhando para excluí-las, cada vez mais, também, vão excluir a nós mesmos.

Então ali teve uma mudança, e não é uma mudança por gastar mais dinheiro; é uma mudança porque o dinheiro passa a ser investido, investido nas pessoas, que começam a trazer frutos para a Cidade. O principal desses frutos é que muda a consciência das pessoas; as pessoas passam a se enxergar iguais, indiferentemente de classe, de cor, de ser pobre ou ser rica. Todas elas se identificam enquanto cidadãs de uma mesma Cidade, pertencendo a uma causa, principalmente ambiental.

Nós temos, em Porto Alegre, uma situação da maioria dos catadores que nós temos que enfrentar. Convoco os Vereadores e as Vereadoras desta Cidade para que possamos enfrentar, juntos, esse problema. Em 2008, nesta Casa, foi aprovada uma Lei de Exclusão dos Catadores, proibindo que esses pudessem trabalhar utilizando ferramentas, que são os carrinhos e as carroças. Furtaram-se do debate mais importante, que era ver como poderia ser resolvido o problema dos catadores desta Cidade; e não o problema que os mais nobres vêm dizer que têm: os problemas de trânsito, os problemas animais. Os principais problemas que nós temos não são esses; são os de convivência entre as pessoas e de respeito mútuo. Quando forem resolvidos esses problemas, os outros passarão a não existir mais. Os animais têm os seus direitos, e as pessoas trabalhadoras também. Enquanto não reconhecermos os direitos das pessoas, cada vez mais, vamos trabalhar em torno de exclusão. Também tem um sistema em Porto Alegre que, nas outras partes do nosso País, foi mudado. Quando se inicia o processo de trabalho, se pensa que a coleta seletiva serve apenas para alimentar galpões, para alimentar catadores presos em galpões de reciclagem, entregando o lixo como se fosse um presente. A gente quer trazer a mudança, nós queremos trazer um avanço que é

pág. 8

garantido em lei. E, se é garantido em lei, tem que ser valorizado e tem que ser seguido e aplicado, para que a gente possa, realmente, valorizar as pessoas.

Nós temos aqui alguns dados de Porto Alegre – que eu acredito que vocês devam ter – sobre o contrato que ainda está vigente até o dia 26, em que se gasta meio milhão de reais para ter coleta seletiva em Porto Alegre. Mas essa coleta seletiva, quase metade dela, é rejeito, 50% do que está na coleta seletiva é rejeito, o que significa que, quando nós trabalhamos nos galpões – eu sou da cooperativa Ascat, os companheiros e as companheiras que estão aqui são catadores das cooperativas de Porto Alegre – e 50% é rejeito, 50% do nosso trabalho não é pago, porque nós só ganhamos sobre aquilo que comercializamos, e o rejeito não tem valor. E tem um problema muito sério aqui: a empresa que faz a coleta seletiva é a mesma empresa que faz a coleta do rejeito, num sistema em que ganha pela coleta e ganha, também, para retirar o rejeito das cooperativas.

Nós temos hoje 500 catadores distribuídos em 17 galpões, muitos dos galpões ainda estão precários – estamos num processo de mudança, mas ainda estão muito precários – , e nós temos uma renda média de R\$ 700,00 por catador ou catadora. Mas nós temos um problema: muitos catadores e catadoras – não adianta a gente trabalhar só pela média e seguir uma lógica de que parece que nós estamos num país bom, num país que está valorizando pessoas – ganham muito menos de R\$ 500,00. Imaginem a situação em que se encontram essas famílias que trabalham o mês inteiro num trabalho duro e difícil, que a sociedade valoriza e entende que é importante, e que, no final do mês, acabam ganhando apenas R\$ 500,00 ou menos. É uma situação que nós temos que enfrentar.

Nós temos aqui um programa e um sistema na Cidade que está operando, mas quais são os passos que estão operando? São esses os passos que a gente espera que sejam dados? Nós temos aqui mais de 5 mil catadores – é muito mais, estou usando 5 mil, porque é a quantidade que a EPTC diz que tem de catadoras e catadores de rua –, e a Prefeitura tem uma política que, no mínimo, é uma política insuficiente, porque não faz com que os catadores consigam avançar no seu posto de trabalho e, muito menos, que os catadores consigam entrar para uma das estruturas, que são as unidades de triagem em Porto Alegre.

Nós temos aqui uma matéria do jornal Zero Hora, de 2014, que tem como título “Porto Alegre quer o fim da profissão dos catadores”.

Então, enquanto o Brasil avança, Porto Alegre estagnou no tempo; foi a pioneira em 1990, mas, depois de lá, não avançou muito, não teve muitos avanços, e as cidades da Região Metropolitana e as do País que vieram aqui aprender hoje conseguiram valorizar e fazer com que se avançassem o sistema de coleta e o sistema de gestão de resíduos.

Nós temos uma luta aqui em Porto Alegre, uma luta que é praticada também aqui nesta Casa, que é uma luta pela inclusão dos catadores no trabalho. Nós temos, bem ali embaixo, uma foto desta tribuna, lá em 2008, quando teve a votação das carroças, quando pedíamos a coleta seletiva solidária com carroceiros organizados, porque, se o problema eram as carroças, nós queríamos organizar os catadores, e esses catadores serem pagos pelo trabalho, porque, sim, temos um problema, só que temos que enfrentar o problema de fato, e não causar outros problemas! E era isso que nós vínhamos discutir, então, naquele momento.

Então nós temos aqui um processo de luta, que começa desde de ter a parte de participação dos catadores, desde os catadores participando na construção de políticas. E é o que vimos fazendo.

Nós aplicamos uma grande força na construção de leis, e essas leis trazem o protagonismo da nossa categoria como executores de serviços, executores de coleta seletiva aqui no nosso País.

Nós temos, dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos, uma parte da política que diz que a coleta seletiva é obrigação de todos os Municípios, e essa coleta seletiva tem a priorização de participação das cooperativas de catadores para fazer o serviço.

Nós temos a Política Nacional de Saneamento Básico, que é uma lei de 2007, que prioriza a contratação de catadores para o serviço de limpeza urbana, principalmente coleta, e ela, inclusive, altera a política do medo, que é a Lei nº 8.666, que é a Lei de Licitações, e ela diz que as cooperativas de catadores podem ser contratadas de forma direta, sem licitação, para a realização desse serviço.

Nós temos também a Lei Estadual, que é o Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, que diz que tem que priorizar a contratação dos catadores de materiais reciclados, organizados para a prestação de serviço de limpeza pública, coleta seletiva e triagem de materiais reciclados.

Também temos a Lei Municipal que foi aprovada aqui, nesta Casa, no ano passado, que diz, no seu art. 66, que o Executivo fica autorizado a contratar o serviço de coleta seletiva

de resíduos a ser operado por cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.

Temos também um acordo, no qual os Ministérios Públicos estão perseguindo, que é uma orientação nacional tirada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, que reúne tanto o Ministério Público quanto o Ministério Público do Trabalho, e coloca lá que os Procuradores e os Promotores devem assegurar o cumprimento, pelos gestores públicos, a hierarquia estabelecida no art. 9º, que significa a proibição de incineração de material reciclável e de resíduos sólidos e, sobretudo, sobre a política local de reciclagem popular, garantindo a coleta seletiva solidária para o fortalecimento e organização das catadoras e catadores, através de contrato com pagamento pelo serviço que os catadores fazem.

Então, temos aqui para apresentar para vocês o projeto-piloto, a partir da escolha de dois bairros, Vila Assunção e Tristeza, que são lado a lado. Esses bairros ficam a um quilômetro longe da ASCAT, e propomos de fazer uma coleta seletiva diferenciada, utilizando como principal a educação porta a porta, com *folders*, com música no caminhão, e de se ter aquele velho contato com as pessoas, para que destinem seus resíduos de forma adequada. Informar que há coleta cinco vezes por semana em algumas ruas e em algumas avenidas, principalmente das lojas, que são grandes geradoras, que poderão usufruir do serviço com melhor qualidade. Ter uma tecnologia através de carros motorizados e, a partir de caminhões, de veículos de grande porte, para poder fazer o serviço, e implantar um serviço de Disque Coleta Seletiva Solidária, onde haverá catadoras e catadores do outro lado da linha para atender o cidadão de Porto Alegre e informar quais são os materiais recicláveis; quais são os dias da semana em que passa o caminhão; como a pessoa pode apoiar; se o material é reciclável ou não; como faz para armazenar; se tem que limpar ou não o copinho de iogurte antes de colocar ou põe direto no saquinho de lixo. Vai ter um serviço que alimentará as pessoas com essas informações, e também haverá uma coleta que alimentará uma cooperativa inteira. Ou seja, teremos, de um único serviço, a alimentação de uma cooperativa, com um aumento inicial de 45% de postos de trabalho. Então, que a cooperativa avance para quase metade do seu contingente de pessoas, garantindo geração de trabalho.

Essa é uma proposta inicial, para que a gente comece um piloto numa cooperativa, em determinados bairros, e depois aumente para a Cidade toda, para que as outras cooperativas tenham acesso a esse sistema de coleta seletiva. E, ao invés de o dinheiro

público da nossa Cidade ser investido na iniciativa privada e os catadores estarem presos em galpões, ganhando menos de um salário mínimo, estes passarão a fazer o serviço e passarão a serem pagos pelo trabalho que fazem. Então, a importância do nosso trabalho está colocada aqui entre o ponto que a gente coloca, que é um ponto importante a ser analisado, que é quando a gente enxerga e valoriza o trabalho das pessoas.

Ter equipes para realizar o trabalho, desde equipe de coleta, equipe dos catadores com os caminhões, equipe técnica para o serviço e a mobilização na área, e uma equipe de 35 catadores para fazer a triagem. Aqui já tem os equipamentos comprados, carros motorizados, que já estão adquiridos; e aqui nós temos um caminhão que já está no processo de compra e que logo chegará na cooperativa.

Nós temos a campanha e um avanço em dizer que nós construímos uma política na Cidade garantida a partir da lei e estamos tentando incidir junto ao Governo Municipal para que apoie a nossa causa, para que faça dessa coleta seletiva solidária não um sonho, mas uma realidade transformadora... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...para que nós tenhamos, aqui nesta Cidade, um governo que trabalhe para valorizar, reconhecer e principalmente para fazer com que os protagonistas sejamos nós mesmos e que não fiquemos mais à mercê da miserabilidade de galpões presos com o sistema de serviço privatizado e que não garante minimamente a nossa sustentabilidade. Então, catadores de materiais recicláveis, coleta seletiva sem catador é lixo! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Convidamos para compor a Mesa o Sr. Alex Cardoso, representante da Equipe de Articulação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

A Sra. Annelise Steigleder, representante do Ministério Público Estadual, está com a palavra.

A SRA. ANNELISE STEIGLEDER: Boa tarde a todos. É uma alegria e uma honra muito grande para o Ministério Público participar desse evento. Gostaria de saudar todos os Vereadores e todas as Vereadoras presentes, saudar também os catadores, as catadoras e todo o público que nos prestigia nesta tarde de hoje. Para mencionar que, para o

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, esta causa de inclusão dos catadores é extremamente importante. Nós temos que realmente contribuir e trabalhar ativamente para que essa população possa ser inserida na nossa sociedade de uma forma digna, que possa ter o direito ao trabalho, o direito ao sustento, ao reconhecimento de uma maneira realmente digna, não como uma política pública de assistencialismo, mas como uma política de verdadeira inclusão na nossa sociedade.

Eu faço minhas as palavras do Alex, no sentido de que o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, uma política pública, um planejamento que foi feito pelo Município de Porto Alegre, que realmente acolhe que se implante, pelo menos, um projeto-piloto de coleta solidária. Nesse sentido, o Ministério Público já instaurou um inquérito civil público para acompanhar a implantação desse projeto-piloto.

Mas eu gostaria de aproveitar essa oportunidade, que me é muito valiosa, para dizer a vocês da relevância de nós, aqui, como sociedade, trabalharmos nesse tema para promover a verdadeira inclusão dessas pessoas. No ano que vem, teremos um processo muito importante aqui nesta Casa que é o da revisão do Plano Diretor. Eu queria compartilhar com vocês um dado que me alarmou muito, que foi verificar que o Plano Diretor de Porto Alegre, no que se refere a esse tema da triagem de resíduos sólidos, é um plano excludente, porque não inclui nem mesmo nas zonas especiais de interesse social a atividade de triagem de resíduos sólidos. E qual é a consequência perversa disso? Que essas unidades de triagem, mesmo as conveniadas com o DMLU, não vão conseguir obter a licença ambiental da SMAM, e, conseqüentemente, não poderão obter financiamento do BNDES, não poderão conveniar com o Ministério Público, com o Tribunal de Justiça, com a Câmara de Vereadores, para que possam doar os seus resíduos. Hoje, essas unidades de triagem estão abarcadas por uma licença ambiental, que nós chamamos de “guarda-chuva”, emitida em nome do DMLU, mas a licença vale até 2016; depois disso, essas unidades todas ficarão a descoberto, o que revela a necessidade da legislação de Porto Alegre olhar, verdadeiramente, para esse público dos catadores e das catadoras, criando legislação que possa ser realmente adimplida por essas pessoas, sob pena de permanecerem na ilegalidade.

Então, eu venho trabalhando em vários momentos, participo, também, quando me convidam, do Fórum de Catadores, tenho procurado, de quando em quando, me reunir com o DMLU, com a Secretaria de Planejamento, para dizer isto: nós temos que alterar a

legislação urbanística da cidade de Porto Alegre para incluir em determinadas regiões, conforme as prioridades, as localizações das UTs, que se possa ter ali atividade urbanística. Vocês sabem que aqui em Porto Alegre o licenciamento é urbano ambiental; se o prédio não estiver em conformidade urbanística com o Plano Diretor, com as normas urbanísticas, não avança a aprovação do licenciamento ambiental. Então é essa visão macro de planejamento público que nós precisamos; viemos aqui com esse apelo aos Vereadores para que tornem prioridade o assunto da triagem de resíduos e da coleta no Município de Porto Alegre. Não tem cabimento que nós tenhamos no mesmo Governo um programa como Todos Somos Porto Alegre, no sentido de inclusão social dessas pessoas e outras pastas se preocupando com reaproveitamento energético e implementar tecnologias como o plasma e incineração. Digo isso não por questão tecnológica, mas porque não têm resíduos suficientes para alimentar todas essas demandas. Então, se o foco é a inclusão social através de um trabalho que inclua os catadores, temos que fortalecer como sociedade essa alternativa. Essa é uma opção que veio para ficar por conta da lei da política nacional de resíduos sólidos.

A minha colocação é muito breve aqui, é mais no sentido de um apelo aos senhores e senhoras Vereadoras que estão presentes para que reflitam sobre isso e, no momento de se debruçarem sobre seus projetos de lei, incluam a pauta dos catadores e catadoras como uma prioridade a ser realizada. Agradeço este espaço e me coloco à disposição.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, queria começar pelo final da intervenção do Alex e da Dra. Annelise também, sobre a questão da inclusão social que a Doutora pegou de maneira brilhante, pela iniciativa de um projeto piloto chamado Programa Coleta Seletiva Solidária; tenho a impressão, Vereadores, Vereadoras, militantes sociais, ativistas, catadoras, recicladores, que é um projeto extremamente importante, inovador, que consegue, por um lado, garantir a melhoria da coleta seletiva

em dois bairros, como é projeto piloto apresentado pelo Alex, para que eles possam começar com coleta seletiva diária, com o disque coleta, com educação ambiental, porque aqui nós temos que ser os fiscalizadores da lei, mas também estar atentos às pautas da Cidade. A ausência de uma política de educação ambiental permanente faz com que aumente muito o rejeito e faz com que muito do material produzido não possa ser reaproveitado. Isso traz danos irreparáveis para o planeta, danos ambientais e econômicos, porque esses 50% do material encaminhado para as associações, para os galpões de reciclagem são rejeitos, significa que os trabalhadores não recebem, significa que esse material não poderá ser recolocado no meio ambiente; portanto, como o próprio nome já diz, é um rejeito. Isso vem muito da questão da educação ambiental. Como terceiro ponto, cito a importância da questão do disque coleta.

Então, para um projeto assim poder funcionar, ele precisa de uma política da Prefeitura que entenda a importância dos trabalhadores e das trabalhadoras nesse processo, que resgate o investimento nos nossos galpões de reciclagem, que faça políticas públicas de inclusão dos catadores, que obviamente melhore as condições do DMLU, mas que não tenha uma lógica extremamente caótica de terceirização do lixo com contratos verdadeiramente milionários.

Eu lembro sempre que aquela empresa vinculada ao Carlos Cachoeira tinha contrato com a cidade de Porto Alegre, para vocês terem noção da quantidade de empresas que há, e foi suspenso quando declarado inidôneo, inclusive um requerimento meu e do então Vereador Pedro Ruas, que fizemos aqui desta tribuna. São mais de cinco empresas que controlam cada um dos processos de coleta em Porto Alegre, com falta de planejamento, com muitas dificuldades nesse processo; se a gente for pegar a questão dos contêineres, só existem nos bairros mais centrais da Cidade; se a gente pegar as pautas de discussão do que pode, de orientação permanente, do que é lixo orgânico e do que é lixo seco; a dificuldade da maior parte dos bairros, pois o caminhão de coleta seletiva passa duas vezes por semana, em alguns passa três vezes, e as pessoas acabam misturando o lixo seco com o orgânico. Porto Alegre foi a pioneira da coleta seletiva, foi a pioneira no encerramento dos lixões, uma conquista histórica, que muito tem a ver com os ativistas que estão sentados na tarde de hoje, com a militância cotidiana ambientalista da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre foi pioneira em tantos temas

e ficou para trás. Uma cidade como Londrina, por exemplo, tem uma coleta seletiva de quase 100% e o índice de rejeitos são infinitamente menores. Nós reaproveitamos, na prática, menos de 20% do nosso lixo. E da última vez que eu falei dos nossos resíduos sólidos, correspondiam a 3%; 97% dos resíduos sólidos utilizados na cidade de Porto Alegre não são reintroduzidos na cadeia produtiva, gerando danos ambientais irreversíveis. Não vamos nos esquecer da sacola de plástico - o quando se gasta de material para produzir e quantos anos leva para se decompor. Então, o debate aqui é muito sério. E nós temos dois projetos, Presidente Márcio Bins Ely, propostos pelos catadores, que fizeram ofício para a Prefeitura de Porto Alegre e nós não temos um retorno concreto de qual política vai ser feita, ainda mais se levarmos em consideração a questão dos carrinhos e carroças, também abordado. Precisamos olhar a questão social, a questão econômica, a questão de vidas de trabalhadores que ganham menos de R\$ 700,00 de trabalhadores que estão desempregados e de trabalhadores que estão absolutamente abandonados, com uma indenização miserável, com cursos apenas de artesanato, num cenário nacional de aumento de desemprego e de falta de políticas que valorizem esses trabalhadores, que garantam dignidade, que garantam trabalho e que, sobretudo, garantam respeito ao meio ambiente. Quero deixar registrado, mais uma vez, o meu apoio ao projeto e o nosso compromisso de luta em defesa dos recicladores, dos catadores que fazem uma importante e fundamental contribuição ao meio ambiente e que merecem não só serem valorizados, mas serem sujeitos da sua própria história. Parabéns pela mobilização.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Desde 2013, eu venho fazendo um trabalho na Cidade sobre o lixo, depois eu vou mostrar. Eu sempre digo: querem fazer reforma e deixar a sua casa bonita? Então, não deixem as praças e terrenos feios, que aqui, na nossa Cidade, são horríveis. Eu entrego um informativo, desde 2013, nas comunidades, onde eu trabalhei, muito tempo da

minha vida, em escolinhas de futebol com crianças de 7 a 15 anos; e ali fiz um trabalho de conscientização junto às famílias.

Nos últimos meses, venho trabalhando junto à população de Porto Alegre, distribuindo informativo relativo à coleta de lixo nas ruas da Cidade. Esse serviço busca incentivar as pessoas a levar o lixo orgânico aos locais certos, evitando a contaminação por meio de produto radioativo, como pilha e bateria. Nas indústrias de reciclagem, muitos empregos são gerados na transformação de latinha, garrafa PET, papelão e outros produtos e materiais. É importante que a população compreenda a importância da coleta seletiva, separando resíduo entre plástico, metal, papel e orgânicos. Fiquem atentos às datas de recolhimento de lixo orgânico e reciclável na sua região. Com isso, estamos contribuindo para acabar com a poluição tóxica, que contamina solo e água de nossos rios e para a prevenção do aquecimento global. Como Vereador da capital gaúcha, assumo o compromisso de ajudar na preservação ambiental e, assim, garantir um futuro melhor às próximas gerações.

Sigo, ainda, percorrendo as ruas da Cidade, ouvindo a população, recebendo diariamente demandas da comunidade. Estou aberto para discutir com a população os problema da nossa capital, continuem enviando seus problemas.

Eu tenho, Alex, quase cinco mil exemplares deste informativo. (Mostra informativo.) Sr. Presidente, Ver Márcio Bins Ely, eu sempre busco um bairro para distribuir estes informativos. É um informativo com intuito de informar os dias e horários que os caminhões de lixo passam em cada bairro; também informa quais lixos são recicláveis. Essas informações são muito importantes para a população, para a nossa comunidade. Muitas vezes – eu não sabia que isso acontecia – os lixos são misturados; e isso é uma dificuldade – acho que o Alex sabe disso –, porque o caminhão vem e leva tudo. Nós também, dentro da nossa casa, podemos ajudar a construir uma Cidade limpa. Aqueles lixos que ficam nas ruas, nas bocas de lobo, com a chuva, como essa que está ocorrendo agora, provocam enchente, dependendo do bairro. Na natureza, Ver. Dr. Raul, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. Então, fico muito contente em ouvir as suas palavras sobre o lixo, porque cada vez a gente aprender mais, e este Vereador está aqui para contribuir para uma Cidade limpa, para um bairro limpo. Obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely): Muito obrigado, Ver. Tarciso, cumprimento V. Exa. pelo trabalho.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra em Comunicações.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; Sr. Alex Cardoso, que representa a equipe de articulação nacional dos catadores de materiais recicláveis; Sra. Annelise Steigleder, Promotora da Justiça do Meio Ambiente de Porto Alegre; minhas caras senhoras, meus caros senhores, meus caros senhores, essencialmente catadores e catadoras que estão conosco nesta tarde. Lá em 1989, e lá se vão 25 anos, começou o movimento em Porto Alegre mais intenso para a formatação do processo de separação do lixo. E eu lembro da dificuldade que foi a conscientização do povo de Porto Alegre sobre a importância dessa separação do lixo. Eu era Vereador de Porto Alegre e tenho absoluta certeza de que participei com muita determinação, sempre na ideia e no trabalho, e ainda hoje faço isso, começando lá pela minha casa. Eu exijo que se faça essa separação dentro de casa. E vocês tenham certeza de que – gente rica e gente pobre, esclarecida ou não – ainda temos, em Porto Alegre, uma fatia enorme de pessoas que, Dra. Annelise, não separa esse lixo dentro de casa. E eu tenho dito que a divulgação é pequena, o comodismo é muito grande de pobre, de rico, de alto e de baixo. É muito fácil pegar uma latinha de cerveja, uma garrafa PET de guaraná, e com o café que sobra e tancar tudo num saco só e mandar embora. Isso ainda se faz, e muito, aqui no Município. E é uma tarefa difícil conscientizar da importância da reciclagem. Por outro lado, eu quero coleta seletiva feita por catadores e catadoras. Eu quero dizer que eu também quero e apoio na íntegra, porque não está dando certa a busca do lixo reciclável por caminhões, porque um dia passam às 8h, um dia às 9h, um dia às 10h, um dia às 4h, um dia à meia noite. Eu tenho que colocar na madrugada da noite anterior porque, no dia seguinte, ele pode passar às 6h da manhã ou às 8h da noite. Dois dias sim, dois dias não, eu moro em uma casa; quem mora em apartamento, os nossos apartamentos cada vez são menores, espaço para guardar reciclado durante dois, três, quatro dias, é quase impossível, portanto a saída está, sim, meu caro Alex, no catador. Agora, para isso, vocês vão ter que me desculpar, eu preciso ser muito leal com todos vocês: vamos apoiar essa ideia, Alex. Agora, temos um problema que precisamos melhorar muito: coloco na frente da minha casa um saco de lixo, para carregar não sei que horas, e lá tem cerveja, latinha, lata,

pág. 18

latão, garrafa d'água, tudo o que é reciclado dentro daquele saco, aí passa o primeiro catador que só quer latinha, então ele rasga o saco, bota tudo no chão na frente da minha casa, carrega um monte de latinha e vai embora. Aí o cachorro chega e pega uma latinha, bota na boca, sai correndo e joga lá. Daqui a duas horas e meia chega outro catador que também quer latinha, aí ele vem, revira tudo de novo, mistura, não acha latinha, e vai embora. No outro dia, na frente da minha casa tem lata, saco, vidro, plástico, portanto a ideia do catador e da catadora tem meu integral apoio, estou junto, e vamos melhorar Porto Alegre, e vamos dar renda...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Lá em 1989, vocês podem ter certeza, quem andava por aqui, e tem gente na plateia que andou, fui dos mais árdios defensores da estratégia, e ainda hoje sou, e estou com vocês, e nós precisamos fazer de Porto Alegre – não como somos hoje, a que mais recicla – a capital da reciclagem cem por cento. (Palmas.) Eu não sei se meu tempo terminou, mas não é possível que peguemos aí garrafas PET e vamos botar no bueiro ou no lixão, ou botar fora, ou deixar no meio da rua, enquanto vocês fazem disso uma riqueza econômica, mas muito mais social, minha estimada Dra. Annelise, e ambiental. Se tivermos 100% reciclado pegado, levado e tratado, nós estamos tratando da renda das famílias, do aspecto social e do ambiental. Aquele abraço a todos! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely): Agradeço a manifestação das galerias, e reforço ainda mais o compromisso desta Casa com a coleta seletiva.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; querida Dra. Annelise Steigleder, sempre nas causas difíceis, boas e importantes; prezado Alex Cardoso, da equipe de Articulação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, todas as mulheres e homens que estão com ele, em especial meu carinho para o Juramar, eterno guerreiro aqui das ilhas. Primeiro, quero dizer que estou muito feliz pelo Ministério Público estar assumindo essa luta específica de ter um projeto-piloto de coleta seletiva solidária.

Desde que, nesta Casa, foi proposta uma data para o fim do trânsito de carroças, carrinhos e carrinheiros na cidade de Porto Alegre, nos rebelamos com esse modelo. Porque é um modelo higienizador, um modelo violento, desrespeitoso com as comunidades, com a sociedade trabalhadora mais humilde e que faz um trabalho estratégico. É desrespeitoso porque ele tinha uma intenção, estabelecia uma data e não condicionava – como emendas que propusemos aqui e foram derrotadas – essa data a alternativas viáveis, construídas, dialogadas com os catadores e catadoras, com os recicladores e recicladoras, que foram os primeiros trabalhadores ecológicos, os primeiros a ajudar a construir a saída para esse enorme problema que é o descarte de todo o tipo de material. E a nossa Cidade – a Dra. Annelise aponta vários elementos, desde aquela lei. E a partir dos últimos governos não estacionou na construção de galpões de reciclagem, estacionou, deteriorou as condições de trabalho nos galpões existentes, porque os que a gente visita, as atividades estão mais penosas, as máquinas estão com problemas, as cozinhas são injanbradas, são podres, os telhados têm vazamento. E a gente tem um lixo pior, é misturado, porque há um desacúmulo de educação ambiental nesta Cidade, é nítido, claro e límpido. Porque mudou, alterou completamente o modelo do DMLU. O DMLU foi, absolutamente, terceirizado a partir de 2006, 2007, 2008, não existe mais a ação educativa das nossas equipes que faziam a coleta do lixo orgânico dentro das vilas, das comunidades, construindo pactos, entrando nas pequenas vias. Proliferou e multiplicou os focos de lixo. Por quê? Porque não se investe mais em educação ambiental, não se investe na educação do povo de Porto Alegre, ao contrário, os contêineres, aqui da Região Centro, deseducaram. As pessoas descartam o lixo orgânico e o lixo seco juntos nesses contêineres. Então, nós tivemos um retrocesso brutal. Mas, o pior retrocesso é o que vocês estão vivendo. É cada dia o território está sendo reduzido, e as alternativas são alternativas que: “Ah! Vai fazer cursinhos”, desconhecendo completamente uma vida de 20, de 30, de 40 anos; uma organização familiar, uma organização de horários; uma possibilidade de conhecimento, um conhecimento importantíssimo, muito diferente do conhecimento escolar, escolástico, ou o considerado conhecimento válido pela sociedade. O conhecimento de vocês não é valorado, é um conhecimento importante do que recicla, como recicla, como separa, como armazena, como é que faz a venda, como é que sobrevivem com esses intermediários que muitas vezes roubam o valor do trabalho de vocês. E nós temos experiências, como

em Novo Hamburgo, muito bonitas, de contratação, sim, pelo Poder Público, por região, por espaço – não conheço em toda a extensão – reconhecendo esse trabalho, investindo nele e apostando nas pessoas, apostando na humanização, respeitando a caminhada tão bonita e tão importante, mas tão heroica, enfrentando todo o tipo de preconceito, inventando todo tipo de más condições de trabalho, de agressividade nas ruas, etc. Então, eu quero dizer que fico muito contente que tenha voltado para cá, a gente vai pensar aqui na Casa uma forma de antecipar a discussão do Plano Diretor, que a gente tratou em alguns momentos, em diferentes Comissões; eu acho que tem que organizar uma comissão especial ou uma frente parlamentar. Estou disposta... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Parabéns por essa bela luta, obrigada Annelise, obrigada, Ministério Público, por estarem junto com os catadores, pois é o nosso futuro, a nossa vida, o nosso planeta que estão em jogo e a humanização das nossas Cidades. Boa luta e vamos adiante. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely): O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. RAUL FRAGA: Boa tarde, Presidente; Alex, Dra. Annelise, todos que nos visitam aqui, é com satisfação e com muitas lembranças que eu venho a esta tribuna, porque tenho um envolvimento, de muitos anos, como médico de saúde pública, também na questão do lixo, na questão do atendimento na área da Saúde. Foram muitos anos nas Ilhas, muitos anos na Vila Areia, no Campo da Tuca, Vila Vargas, Passo das Pedras, Rubem Berta, são inúmeros locais, atendendo às comunidades e sabendo da necessidade real e da dura realidade a que são submetidos não só os catadores, mas também os garis. Por muitos anos, atendi centenas de garis em Porto Alegre, especificamente, vendo o que é o dia a dia deles, a luta dessas pessoas e a dificuldade que têm em vencer no dia a dia. E muitos trabalham com alegria, querendo levar o pão de cada dia para as suas famílias.

A questão do lixo sempre nos motiva, já trabalhamos muito nesta Casa sobre esse assunto e conseguimos aumentar, na Cidade, alguns galpões de reciclagem.

Acompanhei, desde o início, a luta lá na Ilha dos Marinheiros, há muitos e muitos anos, Ilha das Flores, onde surgiu um grande projeto dos catadores, e, hoje, vejo que é uma luta nacional que cresceu muito. Então, tivemos a oportunidade, nesta Casa, de discutir muito a questão que envolvia as carroças, o horário, se devíamos tirá-las ou não, sabendo do trabalho feito pelos carroceiros e carrinheiros. E, na época, eu votei a favor dos carroceiros, a favor dos carrinheiros, por quê? Eu atendi, por muitos anos, nas ilhas do Guaíba, e ninguém sai da Ilha dos Marinheiros, ninguém sai da Ilha das Flores, ninguém sai da Ilha Mauá, ninguém sai da Vila Areia numa carroça, muitas vezes ainda de madrugada, para brincar; eles estão saindo para trabalhar! Eles estão saindo para dar o seu sangue pela luta do dia a dia. E a lei, na época, realmente não deixava claro como seria feita essa redistribuição, como seria feita essa capacitação das pessoas. Em função disso, eu me posicionei a favor dos catadores já naquela ocasião.

Eu acho que o serviço é muito dinâmico, como qualquer um. A gente visitou inúmeros galpões, e realmente é uma questão muito especializada, é uma parte especializada a separação do lixo também.

Temos que ter uma cultura maior na Cidade em relação ao lixo, não só na Cidade, mas no Brasil como um todo. Essa é uma luta de todas as grandes cidades do nosso País, hoje em dia. Vocês podem ter certeza de que essa luta vai dar frutos, como tem dado, e ela vai continuar, vai avançar, vai ser cada vez mais vitoriosa tanto na questão individual quanto na questão coletiva; tanto em cooperativas quanto em outros tipos de contratação que possam, em determinados momentos, ser melhores para as pessoas que trabalham nessa área.

O que nós precisamos, realmente, é ter uma sociedade melhor, e isso implica em saúde pública. Nós não podemos ter - numa cidade de 1,4 milhão ou mais de habitantes - cada habitante usando duas ou três sacolinhas de lixo por dia, porque, em um mês, nós estaremos falando em praticamente cinco milhões de sacolinhas de lixo que estarão por aí, e sabemos o quanto demora a se degradar esse tipo de material.

E aí entra toda essa questão aqui tão bem levantada pelos Vereadores que me antecederam: o importante é dizer que somos parceiros, que essa luta não é uma luta só de vocês; é uma luta de toda a sociedade, de quem quer uma boa vida, de quem quer uma saúde melhor para as pessoas.

Neste momento, eu vim aqui deixar bem registrada essa posição. E em tudo o que vocês precisarem no sentido de avançar, de melhorar e de qualificar o trabalho de vocês, a higiene e a saúde também das pessoas da cidade de Porto Alegre, nós estaremos juntos. Saúde para todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

A SRA. LOURDES SPRENGER: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Importante é este projeto, que me pegou de surpresa, talvez por outras agendas, porque eu desconhecia que já estava tão evoluído. Pude observar que é um projeto que vem a substituir o trabalho do DMLU, ou, quem sabe, a lacuna do DMLU, porque se observa que a conscientização da educação ambiental para os recicláveis deixou muito a desejar, tanto é que a população, hoje, faz tudo isso, não é bem um reciclável que se coloca à disposição para o caminhão levar.

Agora mesmo, recebi a informação que, há um mês, ali perto da Av. da Cavalhada, não passa o caminhão para retirar os recicláveis, o que diminui a ida do produto para os galpões. Visitei muitos galpões, na época, em função dos animais, Alex; mas não visitei o teu, porque as demandas eram para o outro lado da Cidade. O que eu observei é que, embora a Prefeitura também repasse um recurso, somente em um, eu achei condições adequadas para as pessoas trabalharem, que é o que se quer: inclusão social, com condições para trabalhar. No Recife, por exemplo, tem grandes galpões, tem usinas de reciclado. Hoje, o reciclável é luxo, dá emprego. É isso o que se quer. Num País em que sentimos a carência de empregos, é um nicho de mercado importante, que pode elevar a renda.

Eu tenho algumas considerações que também precisamos avaliar sobre essa proposta nos bairros, como, por exemplo, falar com as associações, porque, de repente, as associações também podem ter interesse em criar uma cooperativa para que o recurso daquele bairro possa ser aplicado em segurança ou manutenção, porque, às vezes, o Poder Público não consegue atender a tudo. Como muito bem disse o Ver. Ferronato, nós também queremos, sim, que recolham o nosso reciclável. Nós adotamos isso – mesmo

eu, que venho de uma ação não tanto de ativismo do meio ambiente –, sempre reciclamos o lixo, mas não queremos colocar o lixo e que comecem a separação na frente das nossas casas, porque fica tudo ali atirado, os animais vêm, porque sabemos que tem muitos animais perambulando por aí.

É um projeto valioso para ser analisado, mas também quero fazer um comparativo. O que o DMLU vai fazer afinal? Hoje tem contratos para a captação desses recicláveis. Também quero dizer que há uma ação em Brasília, através de legislação federal, que proíbe o uso de animais no transporte de material reciclado. Esperamos a decisão do Supremo, isso não é nosso, partiu de pessoas ligadas à Procuradoria do Ministério Público. É uma pessoa que entende da causa animal que entrou com esse projeto. Eu quero dizer que sobre isso vão ocorrer mais discussões e que, realmente, é uma luta. Eu acho o Alex um grande líder, mas quero te dizer, Alex, que o projeto da retirada das carroças, que agora está sendo aprovado em Curitiba, foi um avanço. Se a inclusão social não foi bem-feita até agora, não foi a lei a culpada. Por quê? São R\$ 9 milhões do BNDES e R\$ 9 milhões da Prefeitura para trabalhar a inclusão social, e não é o que se vê acontecendo. Num debate, moradores da Ilha dos Marinheiros pediram um espaço para em torno de 50 catadores, que não sabem ler, para trabalhar ali mesmo, porque não adianta dar curso de eletricitista ou cursos mais sofisticados para uma pessoa que não tem condições. A gente fica muito triste com isso. Se tem recurso, é para fazer inclusão social. Sobre as carroças que ainda andam por aí, e que a EPTC está retirando, têm tido uma reclamação que a Proteção Animal tem nos informado: está faltando recurso para indenização desses veículos, desses animais. Então, eu estranho! Nove milhões de reais; só do BNDES, são nove milhões de reais!

Isso está bem-encaminhado, nós temos um inquérito numa das Promotorias do Ministério Público e nós estamos acompanhando. Parabéns ao projeto!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely): Reforçamos e reiteramos a presença do Sr. Salim Sessim Paulo, Presidente do Conselho de Cidadãos Honorários, o que enobrece e abrilhanta os trabalhos desta nossa Sessão de hoje.

Solicito ao Ver. Delegado Cleiton que assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Muito boa tarde a todos, cumprimentando Ver. Delegado Cleiton, cumprimento os Vereadores e as Vereadoras, especialmente o Alex Cardoso, que é o representante da Equipe de Articulação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que fez uma brilhante explanação aqui – está vestido a caráter, tomando, inclusive, um chimarrão na mesa condutora dos trabalhos. A minha saudação muito especial à Dra. Annelise Steigleder, representante do Ministério Público Estadual, a sua presença aqui também nos conforta e reforça toda essa questão do acompanhamento, da legalidade e dos cuidados tão necessários para a elaboração das políticas públicas, no sentido de respaldar esse trabalho, e a presença do Ministério Público sempre reforça e alicerça as iniciativas nobres como esta. Tenho certeza que nós, junto com o Ministério Público e a sociedade civil organizada, temos muito a contribuir com este debate.

Quero fazer uma saudação muito especial às galerias, vejo aqui, inclusive alguns amigos das Regiões de Planejamento, que trabalham conosco nas Ilhas, na Região II, durante o período em que fui Secretário do Planejamento. Quero dizer que esta pauta dos resíduos sólidos, do lixo, da sustentabilidade, da questão ambiental, tudo isso diz respeito à preocupação e ao estabelecer um compromisso com as políticas públicas de dialogar com o futuro da Cidade. Infelizmente, ainda vemos algumas pessoas que colocam, no lixo, geladeira, sofá, carrinho de supermercado ali no arroio da Ipiranga, com uma total falta de discernimento com relação à responsabilidade que cada um de nós tem. Ouvi, aqui, atentamente as Vereadoras e os Vereadores que me antecederam, e faço um especial destaque à intervenção do Ver. Ferronato, que dizia que lá na casa dele há separação do lixo, e quero dizer que na minha casa também – em cima da pia fica o lixo orgânico e, do outro lado, as caixas vão para o lixo seco. Lá no nosso prédio, o condomínio tem um latão enorme, que é marrom, e o outro latão enorme verde para separar o lixo orgânico do lixo seco. E assim a gente vai tentando dar a nossa contribuição, e acredito que o que se esteja propondo aqui é a sequência desse trabalho, que, na realidade, faz parte de um grande guarda-chuva de conscientização, de preocupação para um consumo sustentável

e responsável. A sustentabilidade nada mais é do que garantir a qualidade de vida das futuras gerações. Então, não adianta se nós não tivermos uma sequência, e o trabalho do catador é essa sequência, é ter a oportunidade, num segundo momento, de fazer o trabalho da reciclagem, da separação, e aqui falavam em latinhas, em PET. Hoje nós temos algumas organizações e empresas que trabalham especificamente com reciclagem de papel, jornal, papelão; é um determinado segmento. Outros já trabalham com metais pesados, enfim, existe essa separação. Isso tudo só soma e agrega valor no que diz respeito ao quesito cuidados com o meio ambiente.

Quero fazer uma saudação especial ao nosso sempre Vereador, Luiz Braz, nosso querido amigo, que também participa hoje da nossa Sessão de trabalho.

Acho que é muito oportuno que essa pauta venha à Câmara. Quero me somar aos esforços, Alex, desse trabalho que tu vens coordenando com a tua equipe. Que bom que hoje a gente tem um grupo grande respaldando também esse trabalho, porque a presença enobrece o trabalho, dá força, a voz pega corpo, vai dando eco, as pessoas vão ouvindo, e essa pauta vem para a agenda positiva, o debate é bem acalorado, as pessoas dão a sua contribuição, falam do seu entendimento, e assim as coisas vão acontecendo. É o Ministério Público, é a Câmara, é a sociedade civil organizada; lá na ponta é o catador, é a associação de bairro, como bem falou a Ver.^a Lourdes. E, assim, a Cidade vai procurando construir com aquilo que possa vir a ser o mais próximo do ideal possível, e as oportunidades vão surgindo. É nesse sentido também que a gente dá a nossa contribuição e faz a nossa intervenção nesta tarde de trabalhos. Muito obrigado. (Palmas.) (Não revisado pelo orador.)

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que se mande um ofício com as notas taquigráficas para a Prefeitura Municipal. O movimento já pediu através de dois ofícios, acho que é importante este posicionamento político. Foi uma rica tarde, então, que possamos encaminhar o resultado dessas discussões, oficializar mostrando a rica discussão dos Vereadores e do Movimento Nacional de Recicladores e Catadores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Será providenciado, Ver.^a Fernanda.

A Sra. Annelise Steigleder está com a palavra para as considerações finais.

A SRA. ANNELISE STEIGLEDER: Eu me alegro muito de poder participar hoje deste evento e verificar a sensibilidade de todos os que se manifestaram na tribuna em apoio ao projeto de coleta solidária. Gostaria de salientar que vocês têm uma missão extremamente significativa nas mãos, que é a de, através da produção de leis que retratem as políticas públicas, realizar escolhas que possam ir ao encontro da inclusão dessas pessoas. Hoje nós temos diferentes níveis de organização: o catador, que ainda coleta e tria com o seu carrinho, é justamente aquele que vai lá na frente, na latinha, furando o saco na rua; a Kombi; um caminhão que passa antes da coleta seletiva do DMLU; também as unidades de triagem, que são conveniadas com o DMLU e que recebem resíduos da coleta seletiva, resíduos muito comprometidos em termos da qualidade, porque as pessoas não fazem a separação em casa. Além disso, esse resíduo ainda é pré-triado na calçada pelos catadores, que passam antes da coleta seletiva. Então, chega muito rejeito nos galpões, comprometendo muito a renda dos catadores que integram as unidades de triagem conveniadas com o DMLU. Ou seja, o desafio aqui é muito grande, é importante que cada um possa se encaixar nesse processo e pensar como pode, no âmbito da sua tarefa, contribuir para esse processo. E vocês aqui, os Vereadores, têm um papel fundamental no que se refere a esta legislação, no sentido de incluir a atividade de triagem no Plano Diretor, no uso da Cidade, isso é fundamental – isso é fundamental. E, se a gente for olhar, nem na zona especial de interesse social – eu fiz esta pesquisa – tem a atividade de triagem, em muitas a triagem é proibida. Isso empurra a categoria para a ilegalidade. Eles continuam ilícitos, embora seja de consenso de que se trata de uma atividade relevante. Então, são vários níveis, várias barreiras que essa comunidade precisa enfrentar no seu dia a dia. Eu realmente rogo a vocês que continuem mobilizados, que avancem e possam, no âmbito da Câmara, produzir uma legislação que reconheça o serviço ambiental que eles prestam a esta Cidade. Isso não é apenas uma tarefa do Executivo, existem escolhas políticas que precisam ser desta Casa. Então cada um de nós tem tarefas muito relevantes a serem executadas. E o Poder Legislativo precisa realmente realizar essas escolhas, escolhas de como esse assunto vai ser inserido na nossa sociedade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Dra. Annelise Steigleder, representante do nosso Ministério Público Estadual.

O Sr. Alex Cardoso está com a palavra para as considerações finais.

O SR. ALEX CARDOSO: Primeiro, quero demonstrar a alegria de estar na Casa, confesso que das últimas vezes que vim aqui não saí satisfeito, saí até desonrado, porque o debate que a gente levava era para se preocupar com as pessoas e isso não foi entendido naquele momento. Eu pensei que voltaria aqui para um lugar de tensão, um lugar mais duro, mais difícil, que voltaríamos mais atrasados enquanto ser humano ou muito mais brutalizado do que é o dia a dia. Esta Casa tem essa tendência de ser tensa. Confesso que hoje foi de grande alegria, foi o contrário, me fez ver que quando a gente quer entender e avançar nas questões sociais, nas questões ambientais, a Cidade tende a crescer e a fortalecer. Quando se unem forças, isso faz com que a gente melhore a nossa qualidade de vida, principalmente as pessoas que sempre tiveram a sua importância junto ao trabalho, junto à sociedade, fazendo com que elas sejam consideradas seres humanos, hoje eu saio com isso garantido daqui desta Casa. Agradeço aos Vereadores e Vereadoras que expressaram os seus desejos mais solidários que vêm ao encontro daquilo que a gente vem trabalhando. E digo aqui, junto a vocês, conforme falou o Papa Francisco no último encontro que ocorreu na Bolívia: realmente, quando desejamos algo bom, a gente tem que ir com o coração aberto e tem que regar, para trazer nas pessoas, mesmo nas mais brutalizadas, seu instinto do bem, seu instinto humano, porque as causas nobres tendem a vencer aquelas causas arcaicas, aquelas causas antigas, aquelas causas que só trouxeram retrocessos. Então, vamos juntos, Porto Alegre; vamos juntos, Câmara dos Vereadores; vamos juntos, catadoras e catadores, construir uma sociedade baseada no trabalho, e esse trabalho sendo gerador de renda e promotor da cidadania! Agradeço a cada um e a cada uma de vocês, e falo, mais uma vez, que me sinto muito feliz e que saio um homem muito tranquilo, muito valorizado e reconhecido, no dia de hoje, pela Casa do Povo! Muito obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Sr. Alex. Quero dizer que aqui os debates, muitas vezes, são tensos, porque a gente busca sempre o melhor para a

Cidade. Esse debate, como tu falas, brutalizado, muitas vezes é a democracia em ação! Fico também muito feliz pela tua presença, bem como a do Ministério Público na nossa Casa. Quero dizer que nós, todos os Vereadores de Porto Alegre, queremos, sim, dar mais dignidade para quem cuida do meio ambiente, porque, se está cuidando do meio ambiente, está cuidando de todos nós.

Agradeço a presença dos senhores, agradeço pelo trabalho que os senhores fazem, porque passam por dificuldades – nós, que andamos pela Cidade, vemos. Nós acompanhamos muito o galpão da Chocolatão, e nós vemos que, muitas vezes, ao final da jornada, os valores, divididos e distribuídos individualmente são bem aquém de um salário mínimo – que já é por demais inexpressivo! Só quem passa por isso sabe das dificuldades, eu posso dizer que eu estou passando, como funcionário público estadual, dificuldade, porque estou recebendo R\$ 600,00 por mês, e os senhores passam essa dificuldade o ano inteiro. Então, temos que dar mais dignidade, mais respeito e mais poder, como eu já disse, para quem cuida do meio ambiente, porque quem cuida do meio ambiente está cuidando de nós todos. Obrigado, senhores.(Palmas.)

Agradecemos a presença do Sr. Alex Cardoso, representante Equipe de Articulação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h54min.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): (15h57min) Estão reabertos os trabalhos. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente, Ver. Delegado Cleiton; saudando V. Exa. saúdo os demais Vereadores e o público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores. Venho a esta tribuna hoje, no período de Grande Expediente, no sentido de trazer aqui um debate que foi aprovado na Câmara dos Deputados esta

semana e que diz respeito ao Projeto de Lei nº 3.722/12, do Deputado Rogério Peninha Mendonça, que, na realidade, vem para contrapor o Estatuto do Desarmamento. O que acontece? Foi feito um plebiscito no nosso País onde se perguntou se a população era a favor ou contra desarmar o cidadão de bem. Ver. Delegado Cleiton, V. Exa., que é delegado de polícia, sabe que quase 70% da população brasileira foi contra desarmar o cidadão. Mesmo assim, o que foi feito? Aprovaram um estatuto rigorosíssimo, que não permite ao cidadão poder portar uma arma; e quando é facultada a possibilidade, é a um preço astronômico, quase inviabilizando que as pessoas possam se defender e ter o direito de ter uma arma de fogo em casa.

Então, quero cumprimentar o Dep. Peninha, mas eu quero também aqui trazer para o debate algumas reflexões. Vejamos, hoje, quase 60% das armas que são apreendidas no Brasil têm a sua numeração raspada. E uma arma raspada, que é uma arma fria, custa, em média, R\$ 1.000, R\$ 1.500. Faço até uma indagação aqui para quem está nos assistindo. Tivemos, até a semana passada, aqui do lado, o Acampamento Farroupilha. No Acampamento Farroupilha qual é o índice da incidência de roubos? É bem baixinho, não é? Sabem por quê? Porque tem um monte de gaudérios com faca na cintura, e os ladrões, os bandidos não vão lá meter a mão, porque tem medo de tomar uma facada! Entenderam? Então vocês acham que um bandido, um ladrão sem-vergonha vai assaltar quem no centro? Um senhor idoso, uma senhora, um cidadão obeso, ou vai assaltar um cara forte que vai meter a mão nele? Então eu quero dizer que até está bem razoável as propostas desse projeto. A pessoa com 16 anos pode votar, com 18 anos pode dirigir carro e com 21 pode portar uma arma. Por que não? Eu quero dizer para vocês que eu, com 18 anos servi o quartel e tirava serviço com um fuzil na mão! Fuzil .40, metralhadora, mig... Então o jovem de 18 anos pode servir, ser atirador de escolta, e depois, para ter um porte de arma, tem que esperar até os 25 para quê? Em nome do quê? Por que não pode ter porte de arma com 21 anos? A quem interessa que as pessoas estejam desarmadas? Então é aquela velha conversa... E fizeram uma reportagem na televisão tentando incriminar lá os deputados, porque tinha um absurdo de uma multidão de oito deputados que receberam recursos da indústria de armas, e diziam: "Oh, receberam recursos das indústrias de armas!". E qual é o problema?

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. MÁRCIO BINS ELY: E o Ver. João Bosco Vaz, aqui, me alimenta do termo que é utilizado: a bancada da bala. Mas quantos lá representam a bancada dos sem-vergonha, do traficante, do bicheiro, do estelionatário?! Aí ninguém fala nada! Claro, porque não aparece, não tem recibo eleitoral, ou vocês acham que o traficante dá recibo eleitoral? O bandido, ladrão, sem-vergonha, o estelionatário, ladrão de carro... Vocês acham que dão recibo eleitoral? Nós temos que vir para o mundo real. Por que um caminhoneiro não pode ter porte de arma? Um caminhoneiro, às vezes, tem que andar quantos quilômetros, 10 mil, 12 mil quilômetros, fazendo viagens, cruzando a Cordilheira do Andes, às vezes tem que fazer todo o Mercosul e não pode ter uma arma para se defender. Vão rendê-lo! Quantas pessoas já perderam a vida?

Depois, aqui, claro, aparecem algumas outras situações de conflito, houve até uma ponderação aqui do Deputado: “Ah, agora tem uma discussão do Uber com os taxistas.” Até quero dizer que hoje de manhã, aqui na reunião de Líderes, o Ver. Cláudio Janta apresentou um projeto de lei para não permitir que o Uber funcione em Porto Alegre, o que eu também concordo, porque aqui temos um regimento de táxi, temos que respeitar as 4 mil concessões de táxi, temos quase 12 mil taxistas em Porto Alegre. Tem que haver um regimento, não pode entrar um transporte clandestino para concorrer de maneira desleal. Quantos taxistas perdem a vida, por ano, Ver. Ferronato, em Porto Alegre? Mas aí, claro, como os ânimos estão muito acirrados, retiraram do texto, entendendo que o taxista não deveria ter porte de arma. Como eles estão se pegando a soco na rua, até justifica. Mas percebemos que, por alguma razão, a imprensa vem trabalhando no sentido de desarmar o cidadão de bem, só que a segurança pública não está dando conta da bandidagem. A segurança pública não está conseguindo dar conta. Agora, aqui mesmo, o Ver. Delegado Cleiton, que é Vice-Presidente da Câmara, delegado de polícia, falou da dificuldade que o cidadão tem de poder sustentar a família dele com R\$ 600,00. Essa é a realidade da crise do nosso Estado. Então, como é que eu não vou facultar para o cidadão a possibilidade de ter uma arma para se defender?

Então eu quero dizer que ontem, por iniciativa do nosso gabinete, protocolamos aqui uma Moção de Apoio ao PL nº 3.722/12. Hoje, a regra é praticamente a proibição da posse do porte de arma – essa é a regra. Pelo projeto, a regra passa a ser a permissão. O cidadão

de bem tem o direito de ter a sua arma para se defender, mediante critérios técnicos bem definidos, como, por exemplo, um exame psicotécnico e, obviamente, um teste de tiro.

Quero também dizer que aqui em Porto Alegre nós temos vários cursos de tiro renomados. Quero mandar aqui um abraço fraterno e os meus respeitos a todas as equipes de atiradores: a equipe da Thompson, da Magaldi, do Tiro Urbano, do Beto, do meu clube de tiro. Na realidade, quem pratica tiro como esporte, é como quem luta: quem luta, não briga. Só que as pessoas têm que ter o direito e a oportunidade de se defender, e o bandido tem que saber que talvez, lá do outro lado da janela, do muro, tem uma pessoa armada. Ele tem que ficar com o pé atrás! Imagina a facilidade que é para um bandido, para um ladrão, para um sem vergonha, saber que as pessoas estão desarmadas e que não têm como se defender. Ele entra na tua casa, ele pula o muro; tu vais fazer o quê, vais chamar o 190? Vai levar duas horas para chegar!

Estamos trabalhando neste sentido, vamos trabalhar neste sentido, para que a gente possa, o quanto antes, ver tramitar e ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e poder que se efetive essa flexibilização.

Aqui estão os procedimentos para a concessão de porte de arma de fogo ao cidadão. (Mostra documento.) Casualmente, hoje estive ali na Polícia Federal, porque estou com meus dois registros vencendo, Ver. Delegado Cleiton: um vence em dezembro, do revólver, e em janeiro vence o da pistola. Sabe quanto está a taxa, Ver. João Bosco Vaz, do porte? Mil e quinhentos reais! Está quase o preço de um revólver! Quanto está a taxa de renovação de uma carteira de motorista? R\$ 150,00. Um motorista tem quase uma arma na mão! Hoje em dia os números estão aí, não deixam mentir. Então é um catatau de certidão... Tudo bem, não tem problema, mas não é possível, como é que num País onde o salário mínimo... Olha a quanto foi o dólar hoje, e a previsão é chegar a R\$ 5,40. Como uma pessoa, para renovar porte de arma, vai ter que gastar R\$ 1.500,00? Está aqui o pessoal da segurança da Câmara, a Guarda Municipal, que agora conseguimos autorizar que tenha arma. Como é que se podia imaginar que uma Guarda Municipal ia zelar por postos de saúde, escolas municipais, creches, enfim, sem poder portar uma arma? Vai correr os bandidos a grito? Pelo amor de Deus! Eu acho que temos que nos solidarizar, temos que reduzir de 25 para 21 anos, sim, o porte de armas. E outra coisa, o número de munições que a pessoa pode comprar: a pessoa só pode comprar 50 munições por ano. Vai praticar, vai treinar como? Então, quando se faz um plebiscito, uma

consulta, quando se pergunta a opinião da população, tem que se ter respeito pela resposta. Não dá para fazer um plebiscito para saber se a população quer ter o direito de manter uma arma ou não, com a população dizendo que quer ter o direito de manter arma, e tirar o direito das pessoas, goela abaixo, através de uma legislação que traz uma série de dificuldades e complicações, com preço altíssimo, para que a pessoa possa ter o direito de se defender. É nesse sentido que eu gostaria de fazer a nossa manifestação em Grande Expediente.

Mas também quero dizer que na semana que vem está previsto darmos um fim à discussão dos limites de bairros em Porto Alegre. Quantas audiências públicas já foram feitas que antecederam todo esse procedimento? Nós fizemos dez audiências públicas em 2012, uma por Região de Planejamento - são oito - , uma de apresentação, uma de encerramento. daquelas dez surgiram mais de 150 contribuições. Foi feita uma nova rodada com as Regiões de Planejamento; o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental fez um filtro das 150 sugestões, pegou o rascunho inicial do Projeto de Lei, fez os ajustes, incluiu algumas contribuições, outras não foi possível, conversou com as comunidades, mandou o Projeto de volta para a Câmara. Instalamos aqui uma subcomissão mista para debater a questão da alteração dos limites de bairro em Porto Alegre, que durou 90 dias. Temos um Relatório feito Ver. Reginaldo Pujol. Agora o Projeto de Lei está na CUTHAB há mais de seis meses, Ver. Delegado Cleiton, há mais de seis meses! Aí, ontem, eu pedi o art. 81, e queriam que eu retirasse.

Pessoal, nós temos que enfrentar e vencer essa pauta; as contribuições que tiverem que ser inseridas neste momento, que sejam inseridas, que se enfrente esse momento. Mas esse Projeto de Lei vem para passar uma régua e também para dialogar com o futuro. Não tem nada estático! Se daqui a três meses achar que tem que se criar um bairro novo, cria-se um novo, mas essa etapa tem que findar agora; nós temos cinco bairros novos para criar, temos uma série de ajustes territoriais e limites de bairros que precisamos restabelecer, temos sobreposições de legislação. Então, temos que ter maturidade para aprovarmos esse projeto, e se precisar modificar alguma coisa daqui para frente, se altera esse novo projeto que vai revogar todos ou outros, mas que a gente possa estabelecer um marco. Conversei com o Ver. Cláudio Janta e com o Ver. Kevin Krieger, Líder do Governo e, no caso, o Ver. Janta estava fazendo uma contribuição de uma emenda a quatro, seis mãos até ver o nome do Ver. Delegado Cleiton na emenda criando, mais

alguns bairros. Mas eu acho que agora é o momento de nós enfrentarmos essa Pauta e encerrarmos essa etapa. Aprovamos ou não aprovamos, mas essa etapa tem que ser concluída, e depois aquilo que for surgindo vai se emendando, vai se contribuindo através de uma alteração dessa nova formatação de bairros na Cidade. As pessoas não têm CEP. Manda uma carta para o bairro Rio Branco, há três, quatro, cinco bairros ali: é Bela Vista, é Rio Branco, é Santa Cecília, não se sabe o nome dos bairros. Isso é só um exemplo, não quero me estender, agradeço a tolerância do Sr. Presidente, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. PRESIDENTE(Delegado Cleiton): O Ver. Mario Manfro está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TV Câmara, senhoras e senhores; venho a esta tribuna porque, casualmente, tenho dois projetos de lei em Pauta, Vereador, gostaria de debater um deles e até faço aqui uma homenagem à Ver.^a Lourdes Sprenger, que teve a iniciativa de nos trazer as fitinhas verdes, com o objetivo da conscientização e de incentivo à doação de órgãos. Esse primeiro projeto está tramitando em 1ª Sessão de Pauta, é de minha autoria e obriga os estabelecimentos da rede pública e os estabelecimentos da rede privada de saúde do Município de Porto Alegre a disponibilizar a testagem sorológica para as hepatites virais, dando outras providências. As hepatites são o principal fator da necessidade do transplante de fígado. Isso foi uma construção que nós fizemos a quatro mãos com a Viavida. Eu queria aqui também prestar minha homenagem ao Octavio Augusto, a toda a equipe lá do Viavida, que tem, inclusive, colaborado sobremaneira com o nosso mandato, nos dando várias sugestões de iniciativas de projetos de lei como esse. Às vezes, as pessoas ficam com a hepatite incubada, Ver. João Bosco Vaz, por mais de

dez anos e não se dão conta. Às vezes, 30 anos, bem me lembra aqui o Vereador, e, quando vem o sintoma, quando vê, tira a vida da pessoa, porque ela não enfrentou ali os jacarezinhos que ficam comendo o fígado, entendeu? E, hoje em dia, praticamente se tem a cura nestes tratamentos com interferon, interferon peguilado e outras drogas combinadas ou, até mesmo, quando necessário, o transplante de fígado. Nós temos, inclusive, aqui o conjunto de música com Beбето Alves, como é o nome do conjunto, Os 3 Plantados, que são três cantores que têm transplante de fígado. A gente conversou com eles tendo em vista esse trabalho que a gente tem feito aqui na Comissão Especial e na Frente Parlamentar de Incentivo à Doação de Órgãos e Sangue, no sentido de conscientizar as pessoas da importância da doação de órgãos e sangue. Hoje a gente sabe que os maiores índices de doação são as doações de córnea, são as pessoas que perdem a visão, mas através do transplante de córnea conseguem voltar a enxergar. Então, eu quero dizer que essa testagem sorológica, quando a hepatite é identificada, ela abre, para aquela pessoa infectada, a oportunidade, talvez, de se tratar e se curar, talvez ganhar dez, 12, 15 anos de sobrevida. Se desconhecesse a doença, a pessoa quando vê está num processo irreversível – morre -, hepatite B, hepatite C, hepatite A até nem tanto. Então, quero agradecer aqui, nesta Sessão, essa iniciativa que foi construída junto com a equipe do Viavida.

Também quero falar sobre o Professor Carlos Alberto Pacheco Fontoura - sei que o Ver. João Bosco Vaz é muito amigo dele -, que é uma pessoa que tem colaborado com a educação do nosso Município há mais de 40 anos, mas não só em Porto Alegre, porque o Unificado já está além das fronteiras da Capital, está indo longe. O Unificado já está com várias sedes e subseções por todo o Rio Grande do Sul, ajudando a nossa gurizada e a juventude a passar no Vestibular.

Quero dizer que, por iniciativa deste Vereador, nós vamos conceder o Título de Cidadão Emérito ao Carlos Alberto Pacheco Fontoura, o professor Fontoura, lá do Unificado, querido amigo. Esse é um projeto que já está em 2ª Sessão de Pauta. Tenho certeza de que essa homenagem será aprovada por unanimidade nesta Casa e que, no colégio de Cidadãos Honorários, o professor Fontoura também vai contribuir sobremaneira, em especial nas causas relacionadas à educação, dialogando com o futuro da nossa Cidade. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, colegas funcionários desta Casa, serei breve, mas não poderia passar dois temas: hoje eu fui chamado pela Prefeitura Municipal para ser um dos padrinhos do projeto Bibliotáxi, protocolado nesta Casa, por mim, há um ano e, posteriormente, encaminhado como indicativo à Prefeitura Municipal, um projeto votado pelos Vereadores desta Casa. A Secretaria de Cultura adotou esse projeto através de parcerias. Hoje demos início ao projeto Bibliotáxi, ou seja, um projeto bem singelo, que é trazer para dentro dos táxis, a leitura. Todos os taxistas terão, em seus táxis – assim como nos lotações –, livros. Hoje, inclusive, houve uma iniciativa de uma livraria que doou os primeiros livros. Esses livros serão colocados à disposição dos passageiros, que poderão, até mesmo, levar para casa e devolver, posteriormente, aos seus taxistas habituais. Tem gente que anda todos os dias e prefere o mesmo taxista, até por ter aquela parceria de um bom profissional. Então, esse projeto singelo, que visa trazer cultura e educação, hoje, começou a tramitar na cidade de Porto Alegre. É um projeto pioneiro. Graças a Deus, pela sensibilidade do Prefeito José Fortunati e pela sensibilidade dos seus assessores, da EPTC, da Secretaria de Cultura, nós podemos dar o pontapé inicial.

Quero trazer um outro debate, estava aqui sentado e ouvindo o meu colega Ver. Márcio Bins Ely falar sobre armamento. Eu confesso, Vereador, que tenho alguma dificuldade, ainda, em ter um posicionamento sobre esse fato. Eu, que trabalho há 24 anos como policial – estou aqui, temporariamente, como Vereador, mas, na minha vida, sou policial –, quando vi o colega falar sobre taxistas e caminhoneiros, pensei sobre a lei. Eu acho que é errado o significado que as pessoas dão, dizendo que a lei beneficia o bandido, para que o bandido tenha arma. Não, não é verdade, até porque bandido nenhum tem arma registrada, são exceções. Bandido tem arma do Paraguai, arma trocada por receptor e arma roubada de cidadão. O elemento surpresa faz com que, muitas vezes, o cidadão

treinado não tenha tempo, pense duas vezes antes de usar a arma, que acaba sendo levada pelo bandido.

Ontem mesmo, nós tivemos uma situação. Eu gostaria de denunciar, aqui, um colega policial militar, que faz parte da Brigada Militar, em que três bandidos entraram na casa dele e conseguiram pegar a arma dele, que estava no carro. Ele foi parado quando saía de seu carro e tentou esconder a arma, mas um terceiro bandido conseguiu pegar. Depois que eles descobriram que a arma era dele, eles iriam matá-lo, se não fosse a interferência da filha, se não fosse a interferência de um parente. Eles, então, fugiram, mas fugiram com a arma. Então, aí... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...a partir desse fato, existe mais uma arma clandestina na mão de um bandido na cidade de Porto Alegre. E uma arma de um policial militar, um policial treinado, que foi pego de surpresa numa ação. Nesses meus 24 anos, fiz apreensões e mais apreensões e mais apreensões de armas e nunca vi uma arma registrada em mão de bandido. Foram armas furtadas e roubadas de mão de cidadão. Então, eu tenho essa dificuldade de achar que arma na mão de cidadão vai mudar a segurança pública. Eu acho que segurança pública parte de uma questão de educação, parte de uma situação de o Governo fazer política de estado... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...de respeito à segurança do cidadão que paga imposto.

Um policial não pode receber, ao final de uma jornada, em que passa madrugadas de campana em estradas e locais ermos, R\$ 600,00. Então, nós temos que ter uma política que faça com que se tenha qualificação dos agentes policiais, e uma política de educação que transforme isso. Acho que arma em mão de qualquer um que não seja habilitado, que não seja polícia vai cair... E olha que eu estou contando o exemplo de um policial. Digo mais: um policial que ligou para o 190, um policial militar que ligou para o órgão dele, o 190, dez vezes logo após o assalto e, até hoje, não recebeu o retorno do 190.

Semana passada, eu liguei para o 190 e tive que discutir com o policial que estava no 190 pelo desrespeito dele. De repente, ele está mal-pago, ele está sofrendo essa pressão que o Governo está fazendo sobre todos os servidores, mas, como o cidadão, o 190 tem que funcionar e funcionar com respeito, até porque é pago com o imposto de cada um de nós, inclusive o meu. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, dos muitos assuntos que está na Pauta no dia de hoje, um vai merecer a minha atenção retardada para a próxima Sessão da Casa, na medida em que é o único processo que está em 1ª Sessão. É de sua autoria, o PLL nº 160/15, que obriga os estabelecimentos da rede pública e os estabelecimentos da rede privada de saúde do Município de Porto Alegre a disponibilizar testagem sorológica para hepatites virais e dá outras providências. É um projeto de grande profundidade que, como disse, terei ainda oportunidade de sobre ele me manifestar, na medida em que está hoje em 1ª Sessão.

Mas outros tantos existem, entre os quais o PLE nº 027/15, que altera o inc. I do § 2º do art. 11, o inc. I do art. 15, insere o § 4º no art. 18, a Seção VII e os art. 38-A à 38-F no Capítulo III, a Seção VIII e o art. 38-G, no Capítulo III e inclui a Seção III e os art. 52-A ao 52-C no Capítulo V tudo na Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008, que consolida, no Município de Porto Alegre, a legislação que dispõe sobre o comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes nas vias e nos logradouros públicos, sobre a publicidade nos equipamentos desse comércio e dessa prestação de serviços, dispondo sobre o comércio ambulante em veículos na modalidade Gastronomia Itinerante. O Ver. Márcio Bins Ely, que coincidentemente está presidindo os trabalhos no dia de hoje, muito provavelmente venha a ser o relator dessa matéria que será enfrentada na próxima segunda-feira, em Reunião Conjunta das Comissões. E não poderíamos ter um melhor relator para essa matéria, Vereador, porque eu sei que V. Exa. tem se dedicado a esse assunto, participado de inúmeras reuniões, e acredito que o volume de alterações que nós vamos ser consultados a realizar será de tal monta que é absolutamente conveniente que haja um relatório que esmiúce essa situação, reduza no fundamental e seja oferecido à Casa como encaminhamento de discussão. A alteração de todos esses itens, parágrafos e artigos a que me referi, falando desde as regras para comércio ambulante de modalidade Gastronomia Itinerante, da publicidade nos veículos, do comércio dessa mesma publicidade...

Nós temos, inclusive, um projeto nosso em que, democraticamente, estamos permitindo que ele moureje aqui na Casa, seja amplamente discutido, e vai receber, inclusive, uma emenda de V. Exa., que é a mais sábia das emendas. Veja bem que nós estamos retardando essa análise porque não gostamos de ser acusados de tentar iludir apressadamente, de fazer com que a Casa se precipite em decisões. Mas esse projeto a que estou me referindo voltou para a Ordem do Dia, está na priorização, se bem que lá nos derradeiros artigos da priorização, mas, em breve, acho que logo no início do mês de outubro estará sendo votado. E neste momento, Vereador, eu passo a ter uma expectativa muito grande pelo seu trabalho, já soube que V. Exa. vai utilizar o fim de semana para se aprofundar no exame da matéria. E fico confiante, eu que sou escravo das relatorias, porque costumo sempre comprometer as minhas opiniões e os meus votos baseado nos pareceres técnicos, e conhecendo V. Exa., de quem fui colega na Comissão de Constituição e Justiça, por longos anos, sei da exaço com que V. Exa. oferece nos seus pareceres e que não vai faltar nesse parecer conjunto sobre matéria tal relevante. Por isso, Sr. Presidente, neste final de Sessão, quero, ao mesmo tempo em que o cumprimento pela forma com que está conduzindo os trabalhos, dizer que V. Exa., durante o final de semana, quando estiver debruçado sobre esta matéria, se precisar de alguma contribuição V. Exa. sabe que poderá dispor deste companheiro de jornada, que, respeitando muito a sua capacidade de trabalho, sempre procura auxiliá-lo na condução dos pareceres, que sempre caracterizam a sua atividade parlamentar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bins Ely): Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

Encerramos o período de Pauta, com um trabalho profícuo e produtivo na tarde de hoje, quando vários debates relevantes e importantes oportunizaram esclarecer os futuros da Cidade e as contribuições desta Casa, para as deliberações necessárias. Agradeço a oportunidade que tivemos com a presença dos catadores de lixo. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h35min.)